

Novo pacote econômico deve sair esta semana

BRÁSILIA — As medidas de ajuste monetário e fiscal que a área econômica do Governo está preparando serão divulgadas nesta semana. Já está decidida a redução dos prazos de financiamento do crédito direto ao consumidor; extinção do pagamento parcelado de compras através de cartões de crédito; proibição de retirada de bens adquiridos via consórcio, através de lances; e elevação do empréstimo compulsório dos bancos, de uma média de 60 para 70% dos depósitos à vista.

Como medidas complementares, o Governo vai alterar a tributação do mercado financeiro, a partir de junho. E a Eletrobrás fará a primeira operação de **relending**, no valor de US\$ 1 bilhão, para rolar sua dívida externa. O Ministério da Fazenda e do Planejamento estão amadurecendo a decisão de criar mercado cativo para as obrigações das estatais, como Siderbrás, Eletrobrás e Telebrás. A proposta é determinar que os fundos de previdência privada invistam 25% de seus recursos, hoje aplicados em obrigações do Fundo Nacional do Desenvolvimento (FND), em obrigações das estatais. Os principais tópicos das mudanças estão no quadro ao lado.

PRINCIPAIS MEDIDAS DE AJUSTE

Governo vai restringir crédito

CRÉDITO — O Governo quer restringir o crédito direto ao consumidor, identificado como fator de pressão inflacionária. Os prazos de financiamento para compras de eletrodomésticos serão reduzidos de três para dois meses. Os financiamentos de automóveis não mais terão oito meses de prazo, mas apenas seis;

CARTÃO — As compras através dos cartões de crédito ficarão limitadas, pois os seus usuários terão que liquidar seus débitos à vista. Não será permitido o parcelamento, para evitar também pressões sobre o consumo. Entre 25 e 30% das compras através dos cartões são pagas parceladamente, o que não significa muito. No entanto, os assessores consideram importante o efeito psicológico da medida;

CONSÓRCIOS — Serão proibidos os lances nos consórcios. Dessa forma, os consorciados para a compra de qualquer bem só poderão tirá-lo se forem sorteados, ou quando acabarem de

pagá-lo. Limitando as retiradas, a pressão sobre a indústria automobilística fica reduzida e, consequentemente, reduz-se o ágio sobre o preço dos automóveis;

COMPULSÓRIO — O depósito compulsório dos bancos sobre o depósito à vista será elevado, de uma média de 60% para 70%. A medida tem por objetivo reduzir a liquidez da economia (dinheiro em circulação), já que não há investimentos produtivos, que correspondam ao aumento da demanda;

TARIFAS — O aumento das tarifas públicas ocorrerá quando o governo verificar necessário. Não haverá periodicidade definida previamente, apesar da regra geral de reajustes trimestrais. Os investimentos estatais, porém, não serão financiados através da receita gerada pelas tarifas. Para substituí-las, o governo vai criar mercado cativo, junto aos fundos de previdência privada, para papéis das estatais.

6861 17W E 2

000 12 0